



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

INTERLOCUÇÕES ENTRE A ARQUIVOLOGIA INTERNACIONAL E A NACIONAL: REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA A SUA COMPREENSÃO

Angelica Alves da Cunha Marques

Universidade de Brasília

Georgete Medleg Rodrigues

Universidade de Brasília

Resumo: A produção e acumulação de acervos desde a Antiguidade culminou na necessidade de profissionalização de pessoal habilitado para organizar e disponibilizar documentos, sobretudo a partir do século XVIII. Essa necessidade consolidou-se nas escolas de formação, que, por sua vez, passaram a abrigar pesquisas que dariam uma vertente mais teórica à Arquivologia, sem perder de vista as suas raízes práticas, que continuam demandando a habilitação e aperfeiçoamento profissional. Essa trajetória parece seguir caminhos semelhantes no contexto internacional e nacional, guardadas as peculiaridades de cada país ou região. Para a compreensão das possíveis interlocuções entre esses contextos, é imprescindível contemplar a conjugação de aspectos práticos e científicos que perpassam a formação e configuração da área. Assim, esta comunicação busca mapear autores e obras, sobretudo da Sociologia e Filosofia, que possam contribuir para a construção de referenciais teóricos que fundamentem uma pesquisa de doutorado em andamento. Considerando as diferentes opções metodológicas e definições abordadas por esses autores e tendo por base o método da história cruzada, propõe a análise entrecruzada das seguintes definições: *sistema de profissões, dupla ruptura epistemológica, campo dos acontecimentos discursivos, disciplina científica, interdisciplinaridade* (e definições afins), *ciência normal, paradigmas, revoluções científicas, comunidade científica, habitus, campo científico, capital científico e campo transc científico*. A partir desse mapeamento, analisa, articula e sintetiza as principais contribuições desses autores para a pesquisa em questão, como um aparato teórico imprescindível para o aprofundamento do estudo do seu objeto.

Palavras-chave: Arquivologia. interlocução internacional. referenciais teóricos



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo de uma pesquisa sobre a formação e configuração da Arquivologia como disciplina no Brasil, observamos que a sua trajetória é marcada por diálogos com outras disciplinas. Por um lado, verificamos o papel e as contribuições do Arquivo Nacional (AN), como a principal instituição custodiadora dos acervos permanentes do País, marcaram a tradição arquivística brasileira com uma vertente histórica. Por outro lado, constatamos que, em algum momento, e provavelmente permeada por vários processos históricos, sociais, econômicos, culturais, políticos etc., essa vertente histórica passou a compartilhar espaços com a Ciência da Informação (CI), numa abordagem mais voltada para a gestão da informação. Se no primeiro caso observamos o atendimento de demandas práticas, no segundo constatamos o acolhimento de pesquisas arquivísticas em programas de pós-graduação.

Apesar de não ter sido possível identificarmos em qual momento se deu essa abertura, os resultados apresentados, numa dissertação, quanto aos vínculos acadêmico-institucionais dos Cursos de Arquivologia, à formação/titulação dos seus docentes e à produção científica da pós-graduação, com temáticas relacionadas à área, nos permitiram concluir que há, prioritariamente, uma adesão da Arquivologia à CI no Brasil.

Os vínculos tradicionais entre a Arquivologia e a História e a sua configuração atual próxima da CI são quadros já descritos internacionalmente, como o fez Gagnon-Arguin (1992), no caso do Canadá. Segundo ela, nesse País (mais especificamente no Quebec), como na França e nos Estados Unidos, é a formação em História que dá bases para o desenvolvimento da formação em Arquivologia. Exemplos dessa perspectiva de formação são as associações de arquivistas, concebidas a partir de associações de historiadores norte-americanas e canadenses.

Todavia, na busca da sua autonomia, a Arquivologia foi, aos poucos, se libertando da tradicional submissão à História e definindo seus espaços e sua identidade, com o desenvolvimento da profissão de arquivista e do pensamento científico, sobretudo a partir do século XVIII. Diante da crescente produção e acumulação de acervos, a



profissionalização de pessoal habilitado para organizar e disponibilizar documentos tornou-se uma necessidade, consolidada nas escolas de formação, que, por sua vez, passaram a abrigar pesquisas que dariam uma vertente mais teórica à área, sem perder de vista as suas raízes práticas, que continuam demandando a habilitação e aperfeiçoamento profissional.

Essa trajetória parece seguir caminhos semelhantes no contexto internacional e no Brasil. Portanto, é imprescindível contemplar aspectos práticos e científicos para o entendimento da formação e configuração da Arquivologia e suas repercussões no mundo e no País.

2 O ESCOPO DA PESQUISA

No último século, constatamos uma aproximação da Arquivologia à CI, permeada por afinidades teóricas, além de demandas relativas a aspectos sociais, econômicos, culturais e simbólicos, aparentemente ocorrida em todo o mundo (conforme as contingências e particularidades de cada país) e que, evidentemente, teria seus reflexos no Brasil.

Nessa perspectiva, observamos que o percurso da Arquivologia como disciplina no cenário nacional, até sua inserção na pós-graduação *stricto sensu*, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional, guardando, é claro, certas singularidades: de uma atividade eminentemente prática, passando por um movimento associativo, sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como uma subárea da CI, a disciplina faz-se reconhecer também na pesquisa científica.

A atual proximidade entre a Arquivologia e a CI no Brasil, constatada na dissertação e perpassada pelo processo de autoafirmação daquela como disciplina científica, nos sugere, como pressuposto de uma tese de doutorado em desenvolvimento, que, em algum momento da sua trajetória, a Arquivologia aderiu à CI (ou, pelo menos, aos seus discursos), buscando, nessa área, espaços para o desenvolvimento de dissertações e teses com temáticas arquivísticas.

Diante dessas constatações, alguns questionamentos passaram a nos inquietar: se a trajetória da Arquivologia no País tem uma relação tradicional com a História, por que as



suas relações com a CI fortaleceram-se tanto nas últimas décadas? O fortalecimento dessas relações no cenário nacional teria sido resultado de reflexos do pensamento arquivístico predominante nos Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial?

Diante da necessidade de aprofundar os resultados da dissertação, as questões centrais que passaram a nos nortear foram:

- Quando e como a Arquivologia teria deixado de ser um simples conjunto de técnicas para a organização empírica de arquivos e teria sido concebida como uma disciplina, com um objeto próprio de estudo?
- Como e em que medida a sistematização e a comunicação do pensamento arquivístico que se desenvolveu ao longo do tempo no mundo, marcadas por algumas tendências históricas, refletiram no desenvolvimento da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, ou seja, na sua formação e configuração?
- A partir do seu desenvolvimento no País, a Arquivologia brasileira teria contribuído para a Arquivologia internacional? Como?

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, compreender as interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional, isto é, como as práticas e o pensamento arquivístico internacional perpassam a formação e configuração acadêmica da Arquivologia no Brasil e como esta participa do desenvolvimento da área no contexto internacional.

3 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Para alcançar tal objetivo, buscamos estudar autores de outras áreas, principalmente da Sociologia e Filosofia, que nos orientassem e sustentassem a construção de referenciais teóricos para o entendimento do nosso objeto.

Sem perder de vista as definições de *disciplina científica*, *interdisciplinaridade*, *multidisciplinaridade*, *pluridisciplinaridade* e *transdisciplinaridade*, utilizadas na dissertação, os dados agora coletados serão analisados a partir do entrecruzamento dos seguintes conceitos:

- *Sistema de profissões* (ABBOTT, 1988; DINIZ, 2001; MUELLER, 2004);
- *Dupla ruptura epistemológica* (SANTOS, 1989);



- *Campo dos acontecimentos discursivos* (FOUCAULT, 2005);
- *Disciplina científica* (HECKHAUSEN, 1972; MORIN, 2005; BOUTIER; PASSERON; REVEL, 2006; BOURDIEU, 2001)
- *Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade* (MORIN 2005; BERGER, 1972; JANTSCH, 1972; PIAGET, 1972; POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994; JAPIASSU, 1976; PINHEIRO, 1999; FOLLARI, 1982; MICHAUD, 1972; PIAGET, 1972);
- *Ciência normal, paradigmas, revoluções científicas e Comunidade científica* (KUHN, 2005);
- *Habitus, campo científico e capital científico* (BOURDIEU, 1983; 2001; 2004);
- *Campo transcienceífico* (KNORR-CETINA, 1981).

Essas definições serão analisadas articuladamente, à luz do *Método da História Cruzada*, proposto por Werner e Zimmermann (2003). Esse método pertence à família dos procedimentos “relacionais”, como a comparação e os estudos de transferência e busca a compreensão dos elos, materializados na esfera social ou simplesmente projetados, entre diferentes formações historicamente constituídas. Nesse sentido, contempla, num viés particular, questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e de reflexividade.

Sua principal contribuição para os propósitos da pesquisa em questão pode ser justificada pela seguinte afirmação dos autores: “O estudo das trocas produz, é certo, uma abordagem mais rica da cultura de recepção; ele evidencia os aportes estrangeiros e contribui para historicizar o conceito de cultura nacional” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 95).

3.1 SISTEMA DE PROFISSÕES

Para compreendermos a definição e o desenvolvimento das práticas arquivísticas, ou seja, a sua gênese discursiva, até a sua configuração como disciplina científica, que passa por um processo de profissionalização, buscamos as contribuições de Diniz (2001)



e Mueller (2004), que introduzem as reflexões de Abbott (1988), quanto à formação do *sistema de profissões*.

Segundo esse autor, é inadequado estudar as profissões isoladamente, considerando que o seu surgimento e desenvolvimento inserem-se num sistema de interdependências, numa disputa por jurisdição. Abbott considera que a formação de uma profissão é decorrente das necessidades sociais. O conjunto das profissões que constituem um *sistema*, seu contexto de formação e desenvolvimento (inclusive considerando os conflitos entre os grupos profissionais pela disputa de poder), contempla a história das profissões no âmbito das suas lutas: a interdependência das profissões caracteriza o sistema, no qual cada profissão luta pelo domínio e controle da sua *jurisdição*. Ou seja, cada profissão se dedica a um conjunto de tarefas às quais está ligada pelos “laços de jurisdição” (ABBOTT, 1988, p. 33). Esses laços são influenciados por forças internas e externas ao *sistema de profissões* (a exemplo do *campo transcientífico*, que veremos adiante), criando, extinguindo ou remodelando as tarefas profissionais.

Desse modo, existem acordos e ajustes entre as profissões em luta por jurisdição, com a formação de grupos (unidos por interesses comuns), mecanismos de controle sobre os profissionais e locais de trabalho, identificados em relação ao seu impacto na organização da profissão.

Considerando a análise de Abbott, um dos aspectos investigados na pesquisa é se a Arquivologia seguiria o caminho proposto pelo autor na sua trajetória de formação profissional e científica. Constatamos que, no caso dos arquivistas brasileiros, a profissão é regulamentada no final da década de 1970 (a Lei 6.546, de 04 de julho de 1978, regulamenta a profissão de arquivista e de técnico de arquivo e o Decreto 82.590, de 06 de novembro de 1978, a complementa). Esses marcos legais conferem, aos profissionais formados na área, o seu espaço legítimo de atuação no campo da informação, que comporta outras disciplinas como a Biblioteconomia, a Museologia e a CI. As lutas desses profissionais inserem-se, assim, na “jurisdição da informação” (MUELLER, 2004, p. 42), ou seja, no âmbito daquelas profissões que lidam com o tratamento, organização e disponibilização de informações.



3.2 DUPLA RUPTURA EPISTEMOLÓGICA

Ultrapassando a concepção dogmatizada da Ciência, Santos (1989), busca o reencontro da ciência com o senso comum, salientando que:

O senso comum é um “conhecimento” evidente que pensa o que existe tal como existe e cuja função é a de reconciliar a todo custo a consciência comum consigo mesma. É, pois, um pensamento necessariamente conservador e fixista. A ciência, para se constituir, tem de romper com essas evidências e o “código de leitura” do real que elas constituem. (SANTOS, 1989, p. 32).

Para atenuar os desníveis entre esses dois mundos, o autor apresenta o conceito de “dupla ruptura epistemológica”, segundo o qual a primeira ruptura diz respeito a seguinte questão: “como se faz ciência?” – indagação sobre os procedimentos concretos que permitem à ciência se constituir diferentemente do senso comum, propiciando a teoria crítica; a segunda, por sua vez, questiona “como é que a ciência se confirma ao transformar-se num novo senso comum?”; “para que queremos a ciência?” – indagação sobre os procedimentos concretos que podem superar a distinção entre ciência e senso comum, num conhecimento prático esclarecido que possibilita que a crítica seja prática (SANTOS, 1989, p. 50-116).

Desse modo, o autor defende a contextualização de todo conhecimento, inclusive o científico, que, para ele, é “duplamente contextualizado, pela comunidade científica e pela sociedade”. Não ignorando o papel da comunidade científica, afirma que “Para dar sentido à ciência que se faz e como se faz é necessário conhecer quais os argumentos considerados válidos pelo auditório relevante para legitimar o conhecimento científico” (SANTOS, 1989, p. 97-98). É nesse sentido que o estudioso reconhece a importância da técnica na dimensão da prática e não o contrário. Valorizando essa dimensão, reconhece que “Só existe ciência enquanto crítica da realidade a partir da realidade que existe e com vista à sua transformação em uma outra realidade” (SANTOS, 1989, p. 48).

De fato, a institucionalização acadêmica da Arquivologia no contexto internacional e nacional somente faz sentido no atendimento às demandas práticas do mundo do trabalho, aperfeiçoando a atuação do profissional dos arquivos de acordo com as discussões teóricas e os avanços oriundos da pesquisa. Sem essa sintonia, instituições arquivísticas e cursos de Arquivologia não dialogariam e não haveria razões para a existência desses últimos.



3.3 CAMPO DOS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS

Para compreendermos os reflexos do pensamento arquivístico internacional na aproximação da Arquivologia à Ciência da Informação no Brasil, precisamos nos apoiar, também, nos estudos de Michel Foucault, que, numa abordagem histórico-filosófica, tece suas reflexões acerca da constituição e circulação do *discurso* na correlação entre *saber* e *poder*, ou seja, nos “jogos de verdade”. Como uma rede de relações múltiplas, o *poder* perpassa todos os segmentos da sociedade, materializado nos seus diversos discursos como dispositivos interdependentes. As concepções de *verdade*, *história* e *poder* culminam, portanto, numa *história da verdade* e numa *política da verdade*.

Sua abordagem comporta duas dimensões, que representam precauções metodológicas complementares: a *arqueologia dos saberes*, a qual delinea a forma das problematizações por meio da investigação do surgimento e transformação dos saberes, explicitando o nível do discurso; e a *genealogia*, que se volta para a prática que contempla as relações de poder, isto é, o caráter estratégico dos discursos. Nessa relação, “o saber gera saberes e o saber gera poderes” (PORTOCARRERO, 1994a, p. 53).

Foucault analisa, também, as regras de formação dos objetos de discurso, ou seja, o seu regime de existência, cujas delimitações contemplam: a demarcação das superfícies da sua emergência, que variam de acordo com as diferentes sociedades, épocas e formas de discurso; a descrição das instâncias de sua delimitação (no caso da Arquivologia, aqui consideraríamos as instituições que a constituem, o conjunto de indivíduos que configuram o corpo de arquivistas, o seu saber e práticas, etc); e a análise das grades de especificação, dos sistemas de separação, oposição, associação, reagrupamento, classificação, derivação, que, no nosso caso, dizem respeito às diferentes tendências arquivísticas no contexto do pensamento arquivístico internacional.

O autor ainda aborda as homogeneidades e heterogeneidades enunciativas, que carregam recortes temporais, estabelecendo ordenamentos, hierarquias e “períodos enunciativos”, entrelaçando-se no *campo dos acontecimentos discursivos*, por ele entendido como:



[...] o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória ou de leitura: elas, constituem, entretanto, um conjunto finito. (FOUCAULT, 2005, p. 30).

Mas para Foucault, a *arqueologia* comporta uma multiplicidade de registros, com suas lacunas e desvios, justaposições, separações e embates. Trata-se de uma “configuração interdiscursiva”, que abrange relações internas e externas, num “jogo de analogias e diferenças” (FOUCAULT, 2005, p. 178-181). A partir desse “jogo”, podemos compreender, por exemplo, as convergências, divergências e lacunas das relações da Arquivologia com outras disciplinas, ou mesmo da trajetória e configuração dessa disciplina no Brasil diante do desenvolvimento do pensamento arquivístico internacional. O estudo do surgimento, desenrolar e desdobramentos das formações discursivas permite, assim, a análise da forma e do grau de permeabilidade ou impermeabilidade dos diferentes discursos que sustentam a trajetória da área.

3.4 DISCIPLINA CIENTÍFICA

Retomando a pesquisa acerca dessa definição feita na dissertação, podemos observar que alguns autores, como Heckhausen (1972) e Geertz¹ (apud GOMES, 2001), diferenciam as definições de *disciplina curricular* e de *disciplina científica*. Boutier, Passeron e Revel (2006) parecem alinhar-se à definição de Morin (2005), que define *disciplina científica* como

uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias. (MORIN, 2005, 105).

Bourdieu, por sua vez, contempla três níveis do trabalho científico: a disciplina, o sub-campo e a especialidade. Todavia, no âmbito da sua análise, os três níveis são tomados como sinônimos e ele explica que: “Cada disciplina (como campo) é definida por

¹ GEERTZ, Clifford. *Tras los hechos: dos países, cuatro décadas y un antropólogo*. Barcelona: Paidós, 1996.



um *nomos* [lógica] particular de visão e de divisão, um princípio de construção da realidade objetiva irreduzível àquele de uma outra disciplina” (BOURDIEU, 2001, p. 103, tradução nossa). Para esse autor, a disciplina é um campo relativamente estável e delimitado e, em princípio, fácil de identificar: ela tem um nome reconhecido escolar e socialmente; ela está vinculada a instituições e laboratórios, a departamentos universitários, a revistas, a instâncias nacionais e internacionais (congressos), a procedimentos de certificação de competências, de sistemas de retribuição, de preços. Identificamos, em nossa revisão de literatura, a presença desses aspectos na configuração da Arquivologia, nacional e internacionalmente.

Nesse sentido, ele aponta que a noção de *campo*, analisada adiante, retoma, simultaneamente, a unidade existente na ciência e as diferentes posições que as diferentes disciplinas ocupam no espaço (hierarquização). O que acontece no *campo* depende dessas posições e este pode ser descrito como um conjunto de campos locais (disciplinas), que têm em comum interesses e princípios mínimos (BOURDIEU, 2001). Com base nesse autor, defendemos na tese, dentre outros aspectos, que as disciplinas que têm por objeto a informação constituem um campo comum, espaço de parcerias, mas também de conflitos entre elas.

3.5 INTERDISCIPLINARIDADE, MULTIDISCIPLINARIDADE, PLURIDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

Para a compreensão das relações da Arquivologia com as outras disciplinas e, sobretudo, para o estudo da sua aproximação à Ciência da Informação, tomamos por base as definições de *interdisciplinaridade*, *multidisciplinaridade*, *pluridisciplinaridade* e *transdisciplinaridade*, mapeados na dissertação e aqui sintetizados.

Definida de forma ampla, a *interdisciplinaridade*, é assim contemplada por alguns estudiosos que não apontam condições específicas para a sua existência, como é o caso de Morin (2005), Berger (1972), Jantsch (1972), Piaget (1972), Marion², Thom³, Delattre⁴ e Resweber⁵, referenciados por Pombo, Guimarães e Levy (1994).

² MARION, Jean-Luc. A interdisciplinaridade como questão para a Filosofia. *Presença Filosófica*, v. IV, n. 1, p. 15-27, 1978.

³ THOM, René. Vertus et dangers de l'interdisciplinarité. In: *Apologie du Logos*. Paris: Hachette, 1990, p. 636-643.



Outros autores já apontam algumas características para defini-la: Japiassu (1976, p. 74), por exemplo, indica como condicionantes a “intensidade das trocas” e o “grau de integração real” de duas ou mais disciplinas no âmbito da pesquisa; Pinheiro (1999) sugere uma reciprocidade de contribuições quanto a conceitos, princípios, técnicas, métodos e teorias; Follari (1982) refere-se à necessidade de constituição de uma nova disciplina; e Palmade⁶ (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) fala de uma “axiomática nova e comum”.

A *multi* e a *pluridisciplinaridade* por sua vez, são, geralmente, definidas de formas próximas ou comuns. Quanto à *multidisciplinaridade*, Berger (1972) fala de uma “justaposição de disciplinas diversas”, que parece aproximar-se da concepção de Japiassu (1976) para esse termo e daquela proposta por Michaud (1972), para a *pluridisciplinaridade*. Ainda quanto à *multidisciplinaridade*, Palmade (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) aponta um “simples intercâmbio de idéias”, enquanto Piaget (1972), tendo em vista a solução de problemas práticos, considera a contribuição de várias disciplinas, sem alterá-las ou enriquecê-las. Essa concepção parece confundir-se com as definições de *pluridisciplinaridade* de Dellatre, Gusdorf e de Resweber (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994).

A *pluridisciplinaridade* ainda é concebida como uma “justaposição de disciplinas, mais ou menos vizinhas” (BERGER, 1972); ou como relação de cooperação entre disciplinas, mas sem coordenação (JAPIASSU, 1976), ou sem integração conceitual interna entre elas (PALMADE apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994); ou, no âmbito do ensino, como qualquer tipo de associação, que suponha coordenação entre professores (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994); ou, ainda, de forma geral, como a “colaboração, em equipe, de especialistas de diversas disciplinas (THOM apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 96).

Em relação à *transdisciplinaridade* parece haver um consenso em torno da sua definição: Berger (1972) refere-se à uma “axiomática comum a um conjunto de disciplinas”; Gusdorf⁷ (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) fala de “transcendência” e de “objeto comum”; Jantsch (1972) e Pombo, Guimarães e Levy (1994) aproximam-se,

⁴ DELATTRE, Pierre. Recherches interdisciplinaires. In: *Encyclopedia Universalis*. Paris: Organum, 1973, p. 387-394.

⁵ RESWEBER, Jean-Paul. *La méthode interdisciplinaire*. Paris: Puf, 1981.

⁶ PALMADE, G. *Interdisciplinaridade e ideologias*. Madri: Marcea, 1979.

⁷ GUSDORF, Georges. Réflexions sur l'interdisciplinarité. *Bulletin de Psychologie*, v. XLIII, n. 397, 1990, p. 847-868.

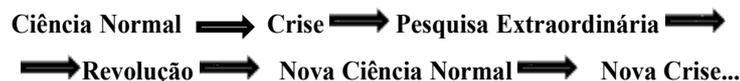


numa abordagem centrada no ensino, na qual a transdisciplinaridade seria o último grau de coordenação entre disciplinas, num sistema de níveis e objetivos múltiplos; e Piaget (1972, p. 144) faz referência a um “sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas”.

Esses níveis de relações entre disciplinas demonstram as suas diferentes intensidades e objetivos e perpassaram nossa revisão de literatura, na análise das relações entre a Arquivologia e as outras disciplinas que têm por objeto a informação.

3.6 CIÊNCIA NORMAL, PARADIGMAS, REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E COMUNIDADE CIENTÍFICA

Kuhn apresenta a ciência como “uma sucessão de períodos ligados à tradição e pontuados por rupturas não-cumulativas” (KUHN, 2005, p. 258), os *paradigmas*. Ao buscar entender a construção da cientificidade na sua vertente histórica, o seu esquema da evolução científica é assim sintetizado por Oliva (1994, p 75):



O desenvolvimento científico é, assim concebido em três períodos: 1) *pré-paradigmático*, em que há uma proliferação de interpretações e enfoques, prevalecendo um total desacordo a ponto de impedir que a pesquisa apresente avanços cumulativos; falta unidade de propósitos investigativos por ainda não se terem estabelecido certos problemas e seus respectivos modelos de solução; 2) *revolucionário*, no qual “a revolução científica eclode quando o paradigma deixa de funcionar adequadamente na exploração explicativa de algum aspecto da natureza anteriormente identificado pelo próprio paradigma” (OLIVA, 1994, p. 95); 3) e o *paradigmático/científico*, com o domínio de um paradigma endossado e compartilhado por toda a comunidade científica no âmbito da Ciência Normal.

O autor centra-se no funcionamento da *comunidade científica*, ao ressaltar as técnicas da argumentação persuasiva que a perpassam. Para ele, a constituição de uma área está atrelada à definição daquilo que será considerado um autêntico problema ou



uma adequada solução no seu interior (OLIVA, 1994). Assim, Kuhn concebe uma cultura na qual o conceito do objeto a ser exemplificado/estudado esteja disponível, isto é, seja transmitido de uma geração à outra (KUHN, 2006). Ele tenta descrever, no âmbito das Ciências Naturais, “a maneira pela qual uma tradição trabalhava em termos de *consenso*” (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006, p. 360), partindo do pressuposto de que “as ciências naturais de qualquer período são fundamentadas em um conjunto de conceitos que a geração corrente de praticantes herda de seus predecessores imediatos” (KUHN, 2006, p. 271).

Embora o autor defenda a existência de apenas um paradigma em um dado período, a partir das suas ideias, podemos nos questionar sobre a coexistência de paradigmas e revoluções científicas na constituição da comunidade arquivística no mundo e no Brasil, a exemplo de Oliveira (1997). Tendo em vista a compreensão da Antropologia como disciplina, diante dos seus paradigmas, escolas (perspectiva temporal – ou sincrônica) e seus desdobramentos (perspectiva atemporal – ou diacrônica), esse autor faz sua leitura de Kuhn, apresentando a definição de *matriz disciplinar*, adequada às ciências Humanas: “uma matriz disciplinar é a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes” (OLIVEIRA, 1997, p. 15).

3.7 HABITUS, CAMPO CIENTÍFICO E CAPITAL CIENTÍFICO

Outro estudioso essencial para a compreensão do nosso objeto de estudo é Pierre Bourdieu, que, ao conceber os conceitos de *habitus*, *campo científico* e de *capital científico*, rompe com a tradição dominante da Sociologia da Ciência, ainda ligada à visão de “comunidade científica” (CHAMPAGNE, 2004), numa abordagem que alia as condições sócio-institucionais às cognitivas do mundo científico.

Ao explicitar a noção de *habitus*, Bourdieu articula passado (reprodução de estruturas objetivas) e futuro (objetivos contemplados num projeto): a estrutura objetiva que define as condições sociais de sua produção é conjugada com as condições de exercício desse “*habitus* como transcendental histórico”, no qual ele está *a priori*, como estrutura estruturada e produzida por toda uma série de aprendizagens comuns ou



individuais (BOURDIEU, 2001). Nesse sentido, o *habitus* distancia-se da noção de *paradigma* como “modelo”, apresentada por Kuhn e, de forma mais dinâmica, parece se aproximar da proposta discursiva de Foucault, ao funcionar como elemento de coesão do grupo.

Em relação à definição de *campo científico*, devemos destacar que este tem uma lógica interna de funcionamento, que “produz e supõe uma forma específica de interesse” (BOURDIEU, 1983, p. 123). Esse “interesse” diz respeito às práticas orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade, etc). O *campo* é, portanto, concebido como um “espaço objetivo de um jogo onde compromissos científicos estão engajados” (BOURDIEU, 1983, p. 124).

Nesse sentido, os critérios de legitimidade são inerentes ao próprio *campo*: eles representam os interesses dos agentes em luta. A autoridade científica funciona como “uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies” (BOURDIEU, 1983, p. 130). Essa acumulação de capital dá-se pelos movimentos do *campo científico* em torno da sua estrutura, regras, estratégias dos agentes e pelo próprio *habitus*. E é assim que a ordem científica se estabelece: a partir do funcionamento do *campo*, ou seja, “da estrutura da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes na luta” (BOURDIEU, 1983, p. 136).

Como espaço relativamente autônomo, o *campo* é, desse modo, apresentado como um microcosmo dotado de leis próprias, embora não esteja livre das imposições do macrocosmo. Submete-se às leis sociais, mas com certa autonomia: há mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar das imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas determinações internas (BOURDIEU, 2004).

Um último aspecto da análise de Bourdieu que nos interessa diz respeito aos dois princípios de dominação/diferenciação entre as disciplinas no *campo científico*, também reconhecidos como “espécies de capital científico”: 1) o temporal, ou político, que contempla os interesses comuns, o consenso mínimo, a defesa de interesses coletivos e os eventos internacionais; 2) e o intelectual ou propriamente científico (BOURDIEU, 2001). Considerando os interesses comuns das disciplinas que têm por objeto a organização, análise, representação e disponibilização da informação (destacadamente a



Ciência da Informação⁸, Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia), optamos por conceber como *campo científico* aquele que contempla as relações entre essas disciplinas, ou seja, o *campo da informação*. Evidentemente, reconhecemos as peculiaridades e contribuições de cada disciplina nesse campo, mas entendemos que suas fronteiras são porosas e os seus intercâmbios, intensos.

Essas reflexões são fundamentais para a compreensão da configuração da Arquivologia como disciplina, sem perder de vista suas parcerias e interfaces com outras áreas, no âmbito da recuperação da informação diante das demandas sociais, uma das ideias centrais que fundamentaram toda a nossa pesquisa.

3.8 CAMPO TRANSCIENTÍFICO

Knorr-Cetina (1981) se preocupa tanto com as contingências institucionais como com os contextos sociais que as perpassam, pontuando que se torna relevante identificar os mecanismos de integração das comunidades científicas, isto é, seus domínios de estudo, áreas e redes de pesquisa que as identificam. Assim desenvolve uma análise que busca conjugar fatores internos e externos à Ciência, ampliando as propostas de Kuhn e Bourdieu e considerando o entrecruzamento dos interesses das comunidades, instituições e indivíduos envolvidos na sua construção: reconhecimento, reputação, origem, descendência, qualidade do cientista e investimento financeiro, ou seja, credibilidade e crédito.

Com o propósito de “determinar o *locus* da produção científica para além do concreto local de produção”, essa estudiosa afirma que o *campo transcience* “remete a redes de relacionamentos simbólicos que em princípio vão além dos limites de uma comunidade científica ou do campo científico” (KNORR-CETINA, 1981, p. 81-82, tradução nossa). Dessa maneira, a definição é delineada, levando em conta que:

O ponto crucial é que um variável campo transcience não é primariamente determinado por características em comum pelos seus membros, como no caso

⁸ Bourdieu (2001) contempla três níveis do trabalho científico: a disciplina, o subcampo e a especialidade. De modo geral, aqui abordamos a Ciência da Informação como uma disciplina científica, sem entrar na classificação das áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que será apresentada adiante.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

de uma classe lógica. Além do cientista no laboratório, pode incluir o reitor da universidade, os funcionários administrativos do instituto de pesquisa, funcionários da Fundação Nacional de Ciência, funcionários do governo, membros ou representantes da indústria e o editor-executivo de uma editora. (KNORR-CETINA, 1981, p. 82, tradução nossa).

Ela ainda explica a flexibilidade do conceito, mais precisamente, a sua *indeterminação* nos campos de relações sociais, considerando que “Esses campos não só atravessam as fronteiras de um grupo de especialidade, mas também encolhem e expandem em resposta às questões em jogo”, cuja dinâmica desdobra-se na simétrica relação “recursos-relacionamentos” (KNORR-CETINA, 1981, p. 83, tradução nossa). A autora conjuga, então, aspectos científicos e sociais, que desencadeiam seleções definidoras da produção científica pelas instituições e pelos próprios pesquisadores.

Essa perspectiva nos parece bastante viável para o entendimento da classificação das áreas do conhecimento do CNPq e a sua conseqüente política de fomento à pesquisa. No caso da Arquivologia, essa instituição a concebe no âmbito da Ciência da Informação (até porque é essa área que abriga grande parte das pesquisas arquivísticas na pós-graduação), o que vem causando algumas reações de pesquisadores da área, defendendo a sua autonomia em relação a essa disciplina, como observamos na dissertação.

Assim, para a compreensão dos diálogos entre a Arquivologia internacional e a nacional, devemos relacionar as condições internas de desenvolvimento da área às condições sociais que a perpassam nos contextos práticos e científicos: a atuação das instituições de arquivo (e das políticas direcionadas aos arquivos), das associações de arquivistas, dos cursos de formação, das pesquisas produzidas em torno das temáticas de interesse da área, das interferências políticas, sociais e culturais dessas instituições e dos acontecimentos que marcam a história do País e que parecem interferir na formação da identidade profissional, acadêmica e institucional da área, variáveis que se somam no seu delineamento científico.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais que analisar as contribuições desses autores isoladamente, coube-nos avaliar as convergências e divergências entre suas propostas, a fim de destacar sua relevância para nossa pesquisa.

Ao avaliar os estudos de Kuhn, Bourdieu e Knorr-Cetina, Hochman (1994) considera as críticas que cada um faz aos demais. Concordamos com esse autor quando ele pontua que se trata de dimensões analíticas diferentes, mas não irreconciliáveis. Nesse sentido, em muitos aspectos, são complementares e é assim que os analisamos na pesquisa.

Todos eles se afastam da visão positivista⁹ ao conceberem, cada um à sua maneira, a organização e interação entre os cientistas. Esses estudiosos vão além da abordagem epistemológica e contemplam, em maior ou menor grau, as perspectivas sociais, econômicas e políticas da ciência. No âmbito do construtivismo, Bourdieu, Knorr-Cetina e Foucault entendem a legitimação dos conhecimentos científicos na sua construção histórico-social, na análise contextual da Ciência (no caso de Foucault, a análise contempla não apenas os conhecimentos científicos, como, também, os saberes por meio dos discursos; já Knorr-Cetina reconhece a atuação dos agentes não-científicos). Kuhn, por sua vez, prende-se mais aos conteúdos científicos, ou seja, à sua evolução cognitiva. Seus estudos, apesar de serem ponto de partida para os demais, divergem, em muitos aspectos, daqueles dos outros estudiosos analisados.

Ressaltamos, portanto, que a análise entrecruzada desses autores, nas suas distintas abordagens, dá-se, sobretudo, pelo fato delas se complementarem. Considerando a complexidade do nosso objeto de estudo, julgamos essencial estudá-lo sob diversos ângulos, ou seja, pelo olhar de diferentes autores, conforme ilustrado a seguir.

⁹ Entendida como o “ideal de unidade, objetividade, progresso e, sobretudo, pela noção de verdade científica como bem social” (PORTOCARRERO, 1994b).

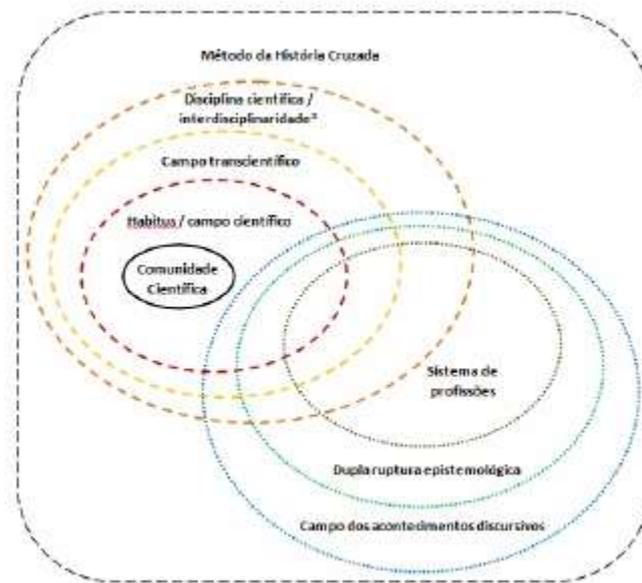


Figura 1: Referenciais teóricos para a compreensão das interlocuções entre a Arquivologia internacional e a nacional
 * Interdisciplinaridade e definições afins (multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade)

Partindo da delimitação do campo profissional ou *sistema de profissões* (ABBOTT, 1988), utilizamos Santos (1989; 2007) para apreender as interlocuções entre senso comum e ciência, isto é, entre as práticas e demandas do mundo do trabalho e a busca ao atendimento dessas demandas pela Universidade, a partir dos cursos e pesquisas na área.

Baseamo-nos nas reflexões de Foucault (2005) acerca da formação discursiva e da sua circulação no âmbito do poder e do saber, somadas às reflexões de Bourdieu (1983) e de Knorr-Cetina (1981) em relação aos conflitos inerentes à noção de *campo científico* e *campo transcientífico*.

Complementarmente, utilizamos as definições essenciais de Kuhn (2005) acerca das definições de *ciência normal*, *paradigmas*, *revoluções científicas* e *comunidade científica*. A partir dessas definições, tentamos, então, identificar os pontos de divergência e convergência entre este autor e Bourdieu (1983; 2001; 2004), sobretudo quanto às definições de *habitus*, *campo científico* e *capital científico*. A fim de ampliar essas definições, recorreremos a Knorr-Cetina (1981), na sua definição de *campo transcientífico*.

Com base nesses referenciais teóricos, buscamos desenvolver nosso objeto de estudo em torno da análise dos diálogos entre as práticas e o pensamento arquivístico



internacional e o nacional, entrecruzando os conceitos estudados, considerando as seguintes reflexões.

A compreensão da interlocução entre a Arquivologia nacional e a internacional demanda o estudo das suas práticas até a institucionalização acadêmica da disciplina, caminho que perpassa a profissão de arquivista e a sua profissionalização. No caso do Brasil, semelhantemente ao que acontece nos outros países, a trajetória das práticas arquivísticas até a sua regulamentação como profissão na década de 1970 é permeada por lutas e alianças, tendo em vista o seu reconhecimento no âmbito das disciplinas que têm por objeto a informação. A proposta de Abbott (1988) propicia a compreensão desses conflitos e alianças na busca do que ele chama de *jurisdição no sistema de profissões*.

O estudo de Santos (1989) também nos permite alcançar as práticas arquivísticas, valorizando-as como essenciais para o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina científica, em sintonia ao mundo do trabalho e às demandas sociais.

A compreensão da formação, sistematização e circulação das tendências históricas do pensamento arquivístico internacional como discursos (acontecimentos regulares e em série, decorrentes e propiciadores de condições de possibilidades) e suas marcas na trajetória da Arquivologia no Brasil, num emaranhado de relações, enunciados, saberes e poderes (que guardam uma – ou várias – tradição, trajetória e mentalidade) decorre dos estudos de Foucault (2005). A partir das suas orientações, utilizamos a definição de *disciplina* no âmbito do grupo de procedimentos internos aos discursos, na dinâmica entre os movimentos nacionais e internacionais da área.

Embora a análise de Kuhn (2005) referencie o desenvolvimento das Ciências Naturais, seus apontamentos são modelo, inclusive, para as Ciências Sociais, quando as singularidades dessas últimas são cuidadosamente observadas. Nesse sentido, relativizando a condição da Arquivologia como Ciência Social Aplicada, tomamos as definições desse autor que nos auxiliam a compreender o desenvolvimento do pensamento arquivístico internacional, ou seja, seus modelos (tomados como referências), crises, revoluções e evoluções no âmbito de diversas comunidades ou países. Nesse caso, diferentemente das Ciências Naturais, todas essas definições coexistem de forma não linear, decorrentes das práticas e demandas sociais, políticas e culturais. Além disso, a concepção dos manuais científicos como “fontes de autoridade” – outra contribuição desse autor – nos permite a compreendê-los como sínteses das



tendências históricas do pensamento arquivístico, mesmo que num sentido peculiar e contingencial, no atendimento das demandas sociais de informação.

A partir de Bourdieu (1983; 2001. 2004), podemos estudar os *habitus* da Arquivologia, suas tradições (autores/obras/instituições/eventos), considerando que as práticas e o pensamento internacional germinam e se propagam na interação desses atores e espaços, possibilitando o intercâmbio de ideias entre os países. A noção de *campo científico* é ponto de partida para a compreensão do *campo transcienceífico*.

De acordo com essa última perspectiva, podemos incluir o papel e atuação do Estado, da política científica, das escolhas e negociações dos agentes (científicos e não-científicos) na sua produção do saber arquivístico. Um bom exemplo para o caso brasileiro é a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do CNPq.

Por fim, considerando essa análise, podemos inferir que a compreensão das práticas e do pensamento arquivístico internacional, que perpassam a formação e configuração da Arquivologia como uma disciplina científica no Brasil, torna imprescindível um estudo que articule diversos autores da Sociologia e Filosofia, numa abordagem aprofundada e que conjugue diferentes visões, a nosso ver, conciliáveis e complementares.

Abstract: The production and accumulation of collections since Antiquity ended up in the need to professionalize people who are qualified to organize and make available documents, especially from the 18th Century on. This need was consolidated in formation schools, which in turn started to harbor researches that led to a more theoretical branch of Archival Science, not disregarding its practical foundations, which continue to demand qualification and professional improvement. This path seems to follow similar ways in the international context, bearing particularities of each country or region. For the understanding of possible dialogues among these contexts, it is indispensable to contemplate the conjugation of practical and scientific aspects that pervade the formation and configuration of this area. Thus, this communication seeks to map authors and works – especially from Sociology and Philosophy – which provide a foundation for a doctor's degree research in progress. Considering the different methodological options and definitions addressed by these authors and having as basis the *Method of Crossed History*, this work proposes the crossed analysis of the following definitions: *professions system, double epistemological rupture, field of discursive happenings, scientific discipline, interdisciplinarity* (and related definitions), *normal science, paradigms, scientific revolutions, scientific community, habitus, scientific field, scientific capital, and trans-scientific field*. From this mapping, we analyze, articulate, and synthesize these authors' main contributions for the research in question, as a theoretical apparatus for a deeper study of its subject.



REFERÊNCIAS:

ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago/Londres: Universidade de Chicago, 1988.

BALTAS, Aristides; KOSTAS, Gavroglu; KINDI, Vassiliki. Um debate com Thomas S. Kuhn. In: _____. KUHN, Thomas S. **O caminho desde a estrutura**: ensaios filosóficos, 1970-1993, com entrevista autobiográfica. São Paulo: UNESP, 2006.

BERGER, Guy. Opinions e réalités. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité**: problèmes de l'enseignement et recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 19-24.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

_____. **Science de la science et réflexivité**: Cours du Collège de France 2000-2001. Paris: Raisons d'agir, 2001.

_____. **Os usos sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOUTIER, Jean; PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jacques. **Qu'est-ce qu'une discipline?** Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick. Prefácio. In: Bourdieu, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004, p. 7-15.

DINIZ, Marli. **Os donos do poder**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FOLLARI, Roberto. **Interdisciplinarietà**: los avatares de la ideologia. Cidade do México: Casa abierta ao tiempo, 1982.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GAGNON-ARGUIN, Louise. **L'Archivistique**: son histoire, ses acteurs depuis 1960. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramZero**, v. 2, n. 4,



ago/2001. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/ago01/Art_04.htm>. Acesso em: 05/03/2010.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 83-90.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o Mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p. 199-231.

JANTSCH, Erich. Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 98-125.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KNORR-CETINA, Karin D. **The manufacture of knowledge: an essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science**. Oxford: Pergamon, 1981.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com entrevista autobiográfica**. São Paulo: UNESP, 2006.

MICHAUD, Guy. Problèmes et solutions: conclusions générales. In: CERI. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 293-300.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUELLER, Suzana P. M.. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott: proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 23-54.

OLIVA, Alberto. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p. 67-102.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Tempo e tradição: interpretando a Antropologia. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

PIAGET, Jean. L'épistemologie des relations interdisciplinaires. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 131-144.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: Pinheiro, Lena V. Ribeiro (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.

POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: ed. Texto, 1994.

PORTOCARRERO, Vera. Foucault: a história dos saberes e das práticas. In: _____. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994a, p. 43-65.

_____. Introdução: panorama acerca do debate das ciências. In: _____. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994b, p. 17-21.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2 2003.